PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023

FISCAL DE TRIBUTOS

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:

INSTITUTO CONSULPLAN

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

A compensação

Não faz muito, li um artigo sobre as pretensões literárias de Napoleão Bonaparte. Aparentemente, Napoleão era um escritor frustrado. Tinha escrito contos e poemas na juventude, escreveu muito sobre política e estratégia militar e sonhava em escrever um grande romance. Acreditava-se, mesmo, que Napoleão considerava a literatura sua verdadeira vocação, e que foi sua incapacidade de escrever um grande romance e conquistar uma reputação literária que o levou a escolher uma alternativa menor, conquistar o mundo.

Não sei se é verdade, mas fiquei pensando no que isto significa para os escritores de hoje e daqui. Em primeiro lugar, claro, leva a pensar na enorme importância que tinha a literatura nos séculos 18 e 19, e não apenas na França, onde, anos depois de Napoleão Bonaparte, um Vitor Hugo empolgaria multidões e faria História não com batalhões e canhões mas com a força da palavra escrita, e não só em conclamações e panfletos mas, muitas vezes, na forma de ficção. Não sei se devemos invejar uma época em que reputações literárias e reputações guerreiras se equivaliam desta maneira, e em que até a imaginação tinha tanto poder. Mas acho que podemos invejar, pelo menos um pouco, o que a literatura tinha então e parece ter perdido: relevância. Se Napoleão pensava que podia ser tão relevante escrevendo romances quanto comandando exércitos, e se um Vitor Hugo podia morrer como um dos homens mais relevantes do seu tempo sem nunca ter trocado a palavra e a imaginação por armas, então uma pergunta que nenhum escritor daquele tempo se fazia é essa que nos fazemos o tempo todo: para o que serve a literatura, de que adianta a palavra impressa, onde está a nossa relevância? Gostávamos de pensar que era através dos seus escritores e intelectuais que o mundo se pensava e se entendia, e a experiência humana era racionalizada. O estado irracional do mundo neste começo de século é a medida do fracasso desta missão, ou desta ilusão.

Depois que a literatura deixou de ser uma opção tão vigorosa e vital para um homem de ação quanto a conquista militar ou política – ou seja, depois que virou uma opção para generais e políticos aposentados, mais compensação pela perda de poder do que poder, e uma ocupação para, enfim, meros escritores –, ela nunca mais recuperou a sua respeitabilidade, na medida em que qualquer poder, por armas ou por palavras, é respeitável. Hoje a literatura só participa da política, do poder e da História como instrumento ou cúmplice.

E não pode nem escolher que tipo de cúmplice quer ser. Todos os que escrevem no Brasil, principalmente os que têm um espaço na imprensa para fazer sua pequena literatura ou simplesmente dar seus palpites, têm esta preocupação.

Ou deveriam ter. Nunca sabemos exatamente do que estamos sendo cúmplices.

Podemos estar servindo de instrumentos de alguma agenda de poder sem querer, podemos estar contribuindo, com nossa indignação ou nossa denúncia, ou apenas nossas opiniões, para legitimar alguma estratégia que desconhecemos.

Ou podemos simplesmente estar colaborando com a grande desconversa nacional, a que distrai a atenção enquanto a verdadeira história do país acontece em outra parte, longe dos nossos olhos e indiferente à nossa crítica. Não somos relevantes, ou só somos relevantes quando somos cúmplices, conscientes ou inconscientes.

Mas comecei falando da frustração literária de Napoleão Bonaparte e não toquei nas implicações mais importantes do fato, pelo menos para o nosso amor próprio. Se Napoleão só foi Napoleão porque não conseguiu ser escritor, então temos esta justificativa pronta para o nosso estranho ofício: cada escritor a mais no mundo corresponde a um Napoleão a menos. A literatura serve, ao menos, para isso: poupar o mundo de mais Napoleões. Mas existe a contrapartida: muitos Napoleões soltos pelo mundo, hoje, fariam melhor se tivessem escrito os romances que queriam. O mundo, e certamente o Brasil, seriam outros se alguns Napoleões tivessem ficado com a literatura e esquecido o poder.

E sempre teremos a oportunidade de, ao acompanhar a carreira de Napoleões, subNapoleões, pseudo-Napoleões ou outras variedades com poder sobre a nossa vida e o nosso bolso, nos consolarmos com o seguinte pensamento: eles são lamentáveis, certo, mas imagine o que seria a sua literatura.

Da série Poesia numa Hora Destas?!

Deus não fez o homem, assim, de improviso em cima da divina coxa numa hora vaga.

Planejou o que faria com esmero e juízo (e isso sem contar com assessoria paga).

Tudo foi pensado com exatidão antes mesmo do primeiro esboço, e foram anos de experimentação até Deus dizer que estava pronto o moço.

Mas acontece sempre, é sempre assim não seria diferente do que é agora.

A melhor ideia apareceu no fim e dizem que o polegar Ele bolou na hora.

(VERÍSSIMO, Luís Fernando. A Compensação. Em: 18/09/2023.)

Questão 01

O texto aborda o interesse literário de Napoleão Bonaparte e reflete sobre o papel e a relevância da literatura em comparação com outras formas de poder e ação, como as militares e políticas. A referência a Napoleão e a outras figuras, como Victor Hugo, são usadas para explorar questões de relevância e respeitabilidade na literatura. Além disso, o texto coloca questões sobre a responsabilidade e o impacto dos escritores contemporâneos na sociedade e na política. Com base nessa temática, assinale a afirmação que melhor representa o contraste entre a literatura e outras formas de poder e ação na época de Napoleão e nos dias atuais.

A) A literatura nunca teve uma respeitabilidade ou relevância própria, sendo sempre vista apenas como um *hobby* para generais e políticos aposentados.
B) Tanto na época de Napoleão quanto nos dias atuais, a literatura tem sido vista como uma compensação pela perda de poder, sem relevância ou respeitabilidade própria.
C) Na época de Napoleão, a literatura era considerada uma forma de poder tão respeitável quanto a conquista militar ou política; atualmente, ela se tornou um instrumento da política.
D) Nos dias atuais, a literatura manteve sua relevância e respeitabilidade na mesma medida em que na época de Napoleão, em que a escrita e a ação militar eram vistas como equivalentes.

Questão 02

O texto faz uma profunda reflexão sobre a relevância da literatura ao longo do tempo, comparando as eras de Napoleão e Victor Hugo com o período atual. Ele explora como Napoleão possuía aspirações literárias e como a literatura já foi uma forma significativa de poder e relevância, equivalente à política e à ação militar, mas, ao que parece, perdeu essa posição. Baseando-se na leitura do texto, assinale a afirmativa que melhor representa a reflexão do autor sobre o papel e a responsabilidade dos escritores na sociedade contemporânea.

A) Escritores contemporâneos são constantemente cúmplices conscientes de agendas de poder, utilizando sua literatura para legitimar estratégias políticas e militares.
B) Os escritores de hoje, diferentemente do passado, não se preocupam com o impacto de suas palavras na política, poder e História, focando apenas em suas próprias opiniões e indignações.
C) O autor sugere que, na sociedade contemporânea, escritores e intelectuais são completamente irrelevantes e não possuem responsabilidade, pois não têm impacto na racionalização da experiência humana.
D) Escritores contemporâneos, embora possam ter perdido a relevância, têm uma responsabilidade, pois podem, inconscientemente, ser cúmplices de agendas de poder ou contribuir para a distração da sociedade em relação às verdadeiras questões.

Questão 03

Com base no texto, analise as afirmativas correlatas e a relação proposta entre elas.

I. "O texto utiliza o termo 'meros escritores' para se referir aos autores da atualidade."

PORQUE

II. "O autor emprega conotação para transmitir uma noção de diminuição de *status* e relevância dos escritores contemporâneos em comparação com figuras como Napoleão e Victor Hugo."

Assinale a alternativa correta.

A) A afirmativa I é verdadeira, mas a II é falsa.
B) As afirmativas I e II são falsas; a afirmativa II justifica a I.
C) As afirmativas I e II são verdadeiras; a afirmativa II justifica a I.
D) As afirmativas I e II são verdadeiras, mas a afirmativa II não justifica a I.

Questão 04

Considerando o texto apresentado, bem como sua estrutura, linguagem e propósito, o gênero textual mais apropriado para classificá-lo é:

A) Conto.
B) Reportagem.
C) Relato pessoal.
D) Crônica argumentativa.

Questão 05

Analise as afirmativas a seguir, considerando os tipos de sujeito e os tipos de predicado e assinale a correta.

A) Em [...] *"Napoleão era um escritor frustrado."* (1º§), o sujeito é simples e o predicado é nominal.
B) Em *"Tudo foi pensado com exatidão antes mesmo do primeiro esboço,* [...]*"* (13º§), o sujeito é indeterminado e o predicado é nominal.
C) Em *"Não faz muito, li um artigo sobre as pretensões literárias de Napoleão Bonaparte."* (1º§) temos um sujeito oculto e o predicado é verbal.
D) Em *"E sempre teremos a oportunidade de, ao acompanhar a carreira de Napoleões, sub-Napoleões, pseudo-Napoleões ou outras variedades com poder sobre a nossa vida e o nosso bolso,* [...]*"* (9º§), o sujeito é composto e o predicado é verbal.

Questão 06

Em relação às figuras de linguagem e de acordo com o contexto, analise as afirmativas a seguir.

I. Na expressão "[...] *cada escritor a mais no mundo corresponde a um Napoleão a menos*" (8º§), há uma metáfora.

II. Em "[...] *literatura só participa da política, do poder e da História como instrumento ou cúmplice*" (3º§), há uma antítese.

III. Na expressão "[...] *meros escritores* [...]" (3º§), há uma ironia.

Está correto o que se afirma em

A) I, II e III.
B) I e II, apenas.
C) I e III, apenas.
D) II e III, apenas.

Questão 07

Analise as afirmativas a seguir, considerando a função do "que" destacado em cada uma delas.

I. Em "*Gostávamos de pensar* <u>*que*</u> *era através dos seus escritores e intelectuais que o mundo se pensava e se entendia,* [...]", (2º§), o "que" funciona como pronome relativo.

II. Em "*Acreditava-se, mesmo,* <u>*que*</u> *Napoleão considerava a literatura sua verdadeira vocação,* [...]" (1º§), o "que" funciona como conjunção integrante.

III. Em "*Não sei se devemos invejar uma época em* <u>*que*</u> *reputações literárias e reputações guerreiras se equivaliam desta maneira,* [...]" (2º§), o "que" funciona como pronome relativo.

Está correto o que se afirma em

A) I, II e III.
B) I e II, apenas.
C) I e III, apenas.
D) II e III, apenas.

Questão 08

Com base no texto, analise a relação entre os elementos textuais, a coesão e a coerência apresentadas e assinale a afirmativa correta:

A) O texto não apresenta coerência, pois aborda temas diversos como literatura, política e história sem estabelecer uma conexão lógica entre eles.
B) A repetição da palavra "Napoleão" contribui para a coerência textual, mas sua excessiva repetição prejudica a coesão, tornando o texto monótono e repetitivo.
C) A utilização de pronomes, como em "[...] *ela nunca mais recuperou a sua respeitabilidade*, [...]" (3º§), prejudica a coesão textual, pois deixa ambiguidade quanto ao referente.
D) A frase "*A literatura serve, ao menos, para isso: poupar o mundo de mais Napoleões*." (8º§) expressa a ideia de que a literatura tem o poder de prevenir o surgimento de líderes autoritários, proporcionando, assim, uma ligação lógica entre as ideias apresentadas no texto.

Questão 09

Com base no texto, analise as afirmativas correlatas e a relação proposta entre elas.

I. "O termo 'cúmplices' no texto remete a uma conotação negativa, sugerindo participação em atos ilícitos ou prejudiciais."

PORQUE

II. "Isso se dá pelo contexto em que a palavra está inserida, associando a ideia de escritores e intelectuais a instrumentos ou facilitadores de estratégias de poder desconhecidas ou nocivas."

Assinale a alternativa correta.

A) A afirmativas I é verdadeira, mas a II é falsa.
B) As afirmativas I e II são falsas; a afirmativa II justifica a I.
C) As afirmativas I e II são verdadeiras; a afirmativa II justifica a I.
D) As afirmativas I e II são verdadeiras, mas a afirmativa II não justifica a I.

Questão 10

Observe os trechos a seguir e assinale a afirmativa em que a análise sintática do período composto está correta.

A) *"*[...] *mas imagine o que seria a sua literatura."* (9º§) – a conjunção "mas" introduz uma oração subordinada adverbial concessiva.
B) *"Se Napoleão só foi Napoleão porque não conseguiu ser escritor,* [...]*"* (8º§) – a conjunção "porque" introduz uma oração subordinada adverbial causal.
C) *"A literatura serve, ao menos, para isso: poupar o mundo de mais Napoleões."* (8º§) – os dois-pontos introduzem uma oração subordinada substantiva explicativa.
D) *"*[...] *e foram anos de experimentação até Deus dizer que estava pronto o moço."* (13º§) – a conjunção "e" introduz uma oração subordinada adverbial proporcional.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 11

Os amigos Ademar, Bernardo e Cristiano são fanáticos por filmes de terror e combinaram de assistir à grande estreia do gênero no cinema na última quinta-feira. Considere a ordem de chegada dos três amigos – Ademar chegou no cinema depois de Bernardo, e Cristiano chegou no cinema antes de Ademar e, ainda, que Cristiano não foi o primeiro amigo a chegar no cinema. Com base nessas informações, o primeiro, o segundo e o terceiro amigo a chegar no cinema foram, nesta ordem:

A) Ademar; Bernardo; e, Cristiano.
B) Cristiano; Bernardo; e, Ademar.
C) Bernardo; Cristiano; e, Ademar.
D) Ademar; Cristiano; e, Bernardo.

Questão 12

Determinado atleta criou um plano de treinamento diário visando um bom preparo para sua participação em uma maratona aquática. Em seu primeiro dia de treino, ele nadou 200 metros. A cada dia seguinte de treinamento, foram adicionados 50 metros com respeito ao treino do dia anterior. Desse modo, em qual dia de treinamento o atleta atingiu a marca de 2 quilômetros nadados?

A) 36º dia.
B) 37º dia.
C) 38º dia.
D) 39º dia.

Questão 13

Cláudia pretende organizar uma festa para comemorar os 50 anos de sua mãe. Com o objetivo de comprar enfeites para a ornamentação do local do evento, ela foi até a galeria de sua cidade com uma certa quantia em reais. Cláudia passou por quatro lojas e, em todas elas, gastou 1/3 da quantia restante que possuía. Para finalizar o dia de compras, gastou R$ 24,00 no estacionamento da galeria. Considerando que esses foram os únicos gastos de Cláudia nesse dia e que ainda restavam R$ 232,00, qual a quantia que ela possuía ao entrar na galeria?

A) R$ 1.296,00.
B) R$ 1.458,00.
C) R$ 1.578,00.
D) R$ 1.995,00.

Questão 14

No clube campestre de uma grande cidade há várias quadras esportivas para a prática de diferentes esportes; dentre eles, o vôlei. A razão entre os cotistas que praticam vôlei em relação aos que não praticam é de 1:5. Considerando que o número de cotistas que não praticam vôlei supera o número de cotistas que praticam em 300, então o número total de cotistas deste clube é:

A) 170.
B) 280.
C) 375.
D) 450.

Questão 15

No plantão noturno de um posto de saúde atuam 12 profissionais: 5 enfermeiros; 3 médicos; 2 recepcionistas; e, 2 farmacêuticos. Sobre os profissionais que atuam neste plantão, é correto afirmar que se forem sorteados

A) 5 profissionais, dois serão enfermeiros.
B) 8 profissionais, pelo menos um será enfermeiro.
C) 7 profissionais, pelo menos um será farmacêutico.
D) 6 profissionais, três profissões distintas serão contempladas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

Questão 16

A Administração Pública no desempenho de suas competências administrativas pode se valer das técnicas da centralização e da descentralização, também denominada Administração Pública Direta e Indireta, respectivamente. Diante do exposto, considere os seguintes órgãos e entidades:

I. A Autarquia Municipal de Água e Esgoto de Nova Friburgo é expressão da técnica da concentração por se tratar de órgão desprovido de personalidade jurídica própria e subordinado à Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.

II. A Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana é expressão da técnica da concentração por se tratar de órgão desprovido de personalidade jurídica própria e subordinado à Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.

III. A Fundação Pública D. João VI de Nova Friburgo é pessoa jurídica de direito público interno, instituída por lei específica mediante afetação de um acervo patrimonial do ente público a uma dada finalidade pública. Ela é vinculada à Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, integrante da Administração Pública Indireta.

IV. A Prefeitura Municipal de Nova Friburgo é pessoa jurídica de direito público interno e integrante da Administração Pública indireta.

Está correto o que se apenas em

A) I e II.
B) I e IV.
C) II e III.
D) III e IV.

Questão 17

Zeus, Secretário de Fazenda do município X, querendo ajudar Afrodite, irmã do seu amigo Apolo, Secretário da Casa Civil do mesmo município, por estar desempregada com duas filhas pequenas para cuidar, a nomeia para desempenhar o cargo em comissão de assessora jurídica. Para retribuir-lhe o favor, Apolo nomeia Atena, companheira de Zeus e servidora efetiva de secretaria do mesmo município, para desempenhar função gratificada no órgão de Zeus com aumento remuneratório. Considerando-se o caso hipotético e a Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre atos de improbidade administrativa, assinale a afirmativa correta.

A) Nem Zeus nem Apolo praticaram ato de improbidade administrativa, já que as intenções de ambos foram nobres, probas e lícitas, além de serem o cargo em comissão e a função de confiança funções de livre nomeação e exoneração.
B) Zeus e Apolo praticaram ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, estando sujeitos a sanções que incluem multa civil de até vinte e quatro vezes o valor da remuneração percebida pelos agentes.
C) Zeus e Apolo praticaram ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, pois, em ambos os casos, as nomeadas passaram a auferir vantagem patrimonial indevida, estando sujeitas a sanções que incluem multa civil de até vinte e quatro vezes o valor da remuneração percebida pelos agentes.
D) Apenas Zeus praticou ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, pois, apesar de reprovável a conduta de Apolo, não houve dolo de prejudicar a Administração Pública, necessário para a caracterização do ato de improbidade administrativa, na medida em que seu único intuito foi o de ajudar Zeus em retribuição ao favor que este lhe fizera.

Questão 18

A Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo em âmbito federal, passou a incluir, em 2021, a possibilidade da decisão coordenada, definida como "a instância de natureza interinstitucional ou intersetorial que atua de forma compartilhada com a finalidade de simplificar o processo administrativo mediante participação concomitante de todas as autoridades e agentes decisórios e dos responsáveis pela instrução técnico-jurídica [...]". Contudo, a Lei estabeleceu limites e condições para a utilização desse instituto. Sobre tais limites e condições, assinale a afirmativa correta.

A) É vedada a aplicação da decisão coordenada apenas aos processos administrativos de licitação e relacionados ao poder sancionador.
B) A decisão coordenada exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida, já que a decisão será tomada em consenso.
C) É possível haver decisão coordenada entre autoridades de Poderes distintos, desde que a relevância da matéria e a celeridade justificarem a medida.
D) Será cabível esse instituto nas decisões administrativas que exijam a participação de pelo menos três setores, órgãos ou entidades sempre que a relevância da matéria a justificar e quando houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório, salvo vedações legais.

Questão 19

"A Lei nº 12.527/2011 regula o direito fundamental do acesso à informação previsto no inciso XXXIII do Art. 5º da CF/1988, disciplinando as formas de participação do usuário do serviço público na Administração Pública. Para os efeitos dessa lei, considera-se _____ a qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações, e _____ a qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema. Além disso, pela transparência _____ a Administração está obrigada a ter *sites* para a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral pelos órgãos e entidades produzidas ou custodiadas, a exceção dos municípios com até _____ habitantes." Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

A) integridade / primariedade / ativa / 1.000
B) primariedade / integridade / ativa / 1.000
C) primariedade / autenticidade / ativa / 10.000
D) disponibilidade / autenticidade / passiva / 10.000

Questão 20

Sobre as Normas Gerais de Licitação e Contratação Administrativa – Lei nº 14.133/2021 – considere as seguintes condutas da Administração Pública:

I. O administrador público facilitou, em processo licitatório, a contratação de empresa por quem nutria afinidade.
II. Empresa que não preencheu o requisito previsto em edital de capital social registrado ou patrimônio líquido de, pelo menos, 8% do valor estimado para doze meses foi habilitada.
III. Durante a execução de contrato, a Administração deixou de verificar se houve alterações nas condições do mercado que tornaram os preços contratados inadequados.

Tais condutas violaram direta e respectivamente os seguintes princípios:

A) Transparência; competitividade; e igualdade.
B) Igualdade; impessoalidade; e, vinculação ao edital.
C) Impessoalidade; vinculação ao edital; e, economicidade.
D) Interesse público; moralidade; e, desenvolvimento nacional sustentável.

Questão 21

***Enlil* é jornalista e publicou notícia ofensiva a determinado agente público vinculado ao município de Nova Friburgo. Nos termos da Constituição Federal, o servidor atingido terá direito de**

A) realizar autuação.
B) permanecer silente.
C) responder ao agravo.
D) determinar a detenção do ofensor.

Questão 22

***Ishtar* é servidor do município de Nova Friburgo e recebe a comunicação de vizinhos quanto à possível criação de locais para realização de atividades religiosas nas proximidades do centro comercial do distrito onde exercem suas atividades habituais. Ao procurar sua chefia imediata indaga sobre tal possibilidade de instalação. A legislação municipal não veda qualquer intervenção religiosa nos centros de comércio. Nos termos da Constituição Federal, quanto ao exercício de cultos religiosos, é garantida a proteção aos locais de**

A) culto.
B) festejo.
C) locação.
D) passeata.

Questão 23

***Amenadiel* foi eleito vereador do município X e pretende que determinado distrito local obtenha a emancipação. Para auxiliar nos preparativos busca elementos na estrutura do município de Nova Friburgo que é vizinho e onde possui bons relacionamentos. Seus contatos indicam que uma das primeiras providências consistirá em formular Lei Orgânica local. Nos termos da Constituição Federal, a Lei Orgânica deverá ser votada em:**

A) Dois turnos.
B) Turno único.
C) Turno alternado.
D) Turnos sequenciais.

Questão 24

***Rael* foi aprovado em concurso público para cargo de nível superior no município de Nova Friburgo e pretende ascender na carreira. Postula a sua chefia o reconhecimento pela dedicação ao serviço com aumento de remuneração. Nos termos da Constituição Federal, o exercício de funções de confiança destina-se, exclusivamente, aos servidores ocupantes de cargo**

A) efetivo.
B) vinculado.
C) temporário.
D) comissionado.

Questão 25

***Halima* é vereadora do município de Nova Friburgo e pretende candidatar-se para o cargo de deputada Federal na eleição que se avizinha. Preocupada com a duração do mandato verifica que o texto constitucional estipula o período. Nos termos da Constituição Federal, cada legislatura terá a duração de:**

A) Dois anos.
B) Três anos.
C) Quatro anos.
D) Cinco anos.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Questão 26

A Lei nº 1.470/1979 instituiu o Regime Jurídico dos Funcionários Públicos do Município de Nova Friburgo; tendo como base a referida normativa, analise as afirmativas a seguir.

I. O exercício do cargo terá início no prazo de trinta dias contados da data da posse.
II. O funcionário removido, quando licenciado ou afastado por impedimento legal, deve entrar em exercício em até dois dias úteis após o término da licença ou do afastamento.
III. O afastamento do funcionário de sua unidade administrativa para ter exercício em outra só se verificará mediante prévia autorização do prefeito.
IV. Ao entrar em exercício o funcionário apresentará à Secretaria de Recursos Humanos da administração municipal os elementos necessários ao seu assentamento individual.
V. O funcionário não poderá ausentar-se do município, para estudo ou missão de qualquer natureza, com ou sem vencimento, sem prévia autorização ou designação do prefeito.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III, IV e V.
B) II e IV, apenas.
C) I, III e V, apenas.
D) II, IV e V, apenas.

Questão 27

Em obediência à Lei Municipal nº 1.470/1979, será destituído da função o funcionário que:

A) Praticar insubordinação grave em serviço.
B) Coagir ou aliciar subordinados com o objetivo de natureza político-partidária.
C) Durante o período de doze meses, faltar ao serviço sessenta dias, interpoladamente, sem causa justificada.
D) Praticar crime comum em detrimento de dever inerente à função pública, quando de natureza grave, a critério da autoridade competente.

Questão 28

Tendo em vista que a Lei Municipal nº 4.667/2019 prevê a criação da Comissão de Ética e de Conduta do município de Nova Friburgo, assinale a afirmativa correta.

A) A Comissão de Ética e de Conduta exercerá suas atribuições durante mandato de dois anos, podendo ser renovado por igual período.
B) Aos agentes públicos indicados para a Comissão de Ética e de Conduta é vedado o recebimento de gratificações; porém, serão mantidos todos os demais direitos adquiridos até o momento da nomeação.
C) Os agentes públicos que compuserem a Comissão de Ética e de Conduta gozarão de estabilidade provisória pelo prazo de vinte e quatro meses após o respectivo exercido funcional, ressalvado se incorrer em punição decorrente de apuração administrativa ou judicial.
D) Esta Comissão será constituída de três agentes públicos efetivos titulares e de três agentes públicos efetivos suplentes designados diretamente pelo Chefe do Executivo, que indicará, dentre eles, o seu presidente, o qual deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

Questão 29

A Lei Municipal nº 4.637/2018 – Lei Orgânica do Município, dispõe que os servidores públicos são patrimônio humano essencial na gestão pública; possuem como missão servir indistintamente bem ao povo; e, atender precipuamente ao interesse coletivo. Considerando o que disciplina a normativa em comento, é correto afirmar que são assegurados aos servidores públicos do município:

A) Jornada de quatro horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, quando cabível, salvo negociação coletiva.
B) Licença-paternidade, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de sete dias úteis, mesmo em caso de perda gestacional da esposa ou companheira.
C) Licença-maternidade, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias consecutivos, contados a partir do último dia útil de serviços prestados pela servidora.
D) Décimo-terceiro salário, com base na remuneração integral ou no valor dos proventos da aposentadoria, relativamente ao mês de dezembro, pago até o dia 20 de dezembro do respectivo ano.

Questão 30

A Lei Municipal nº 4.667/2019 – Código de Ética do Município, aduz que a conduta ética dos agentes públicos municipais será regida por este Código de Ética, bem como a conduta dos agentes públicos do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo de outras normas disciplinares aplicáveis. Com fulcro nesta normativa, analise as afirmativas a seguir.

I. Indicar candidato a emprego ou a prestação de serviços, em empresa ou instituição contratada pelo município, independentemente do vínculo ou da natureza do trabalho a ser realizado.
II. Manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau civil.
III. Participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.
IV. Atuar com imparcialidade no desempenho das atribuições funcionais, não permitindo que convicções de ordem político-partidária, religiosa ou ideológica afetem sua isenção.
V. Declarar-se impedido ou suspeito em situações que sua independência ou imparcialidade possam estar prejudicadas para o desempenho de suas funções, observando-se as hipóteses legais.
VI. Assegurar aos interessados acesso às suas próprias informações pessoais, as quais poderão ser disponibilizadas a autoridades competentes, desde que amparadas em lei ou por consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem, com reconhecimento de firma, ou mediante decisão judicial.

De acordo com a Lei Municipal nº 4.667/2019, são VEDAÇÕES aplicadas ao agente público, no âmbito do Poder Executivo Municipal, o que se afirma em

A) I, II, III, IV, V e VI.
B) I, II e III, apenas.
C) II, IV e VI, apenas.
D) III, IV, V e VI, apenas.

Questão 31

À luz da Lei Complementar Municipal nº 124/2018 – Código Tributário Municipal, analise as afirmativas a seguir.

I. É causa de extinção de crédito tributário a dação em pagamento em bens imóveis.
II. Poderá haver a remissão total ou parcial dos créditos tributários, por meio de despacho fundamentado, em situações de erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato.
III. A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em três anos, contados da data de sua constituição definitiva.
IV. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) é de competência privativa do município.
V. No caso de pagamento total antecipado ou em cota única, o Poder Executivo poderá conceder desconto limitado ao percentual de 15% do valor do tributo devido.

Tendo como base apenas a normativa citada, está correto o que se afirma em

A) I, II, III, IV e V.
B) II e III, apenas.
C) I, II e IV, apenas.
D) III, IV e V, apenas.

Questão 32

O município de Nova Friburgo é parte integrante do estado do Rio de Janeiro, formando a União indissolúvel da República Federativa do Brasil. São considerados objetivos fundamentais dos cidadãos deste município e de seus representantes, EXCETO:

A) Contribuir para o desenvolvimento regional, estadual e nacional.
B) Assegurar a construção de uma sociedade livre, justa, solidária e participativa.
C) Garantir a obrigatoriedade da descentralização administrativa com a criação de subsedes da prefeitura, na forma de lei de iniciativa do Poder Executivo.
D) Garantir da universalização dos serviços públicos e a materialização dos direitos fundamentais, em especial o acesso dos seus habitantes aos bens, serviços e condições de vida indispensáveis a uma existência humana com dignidade.

Questão 33

O Código de Posturas de Nova Friburgo – Deliberação nº 918/1969, disciplina que a fiscalização sanitária abrangerá especialmente a higiene e a limpeza das vias públicas; das habitações particulares e coletivas; da alimentação, incluindo todos os estabelecimentos onde se fabriquem ou vendam bebidas e produtos alimentícios; e, dos estábulos, cocheiras e pocilgas. Sobre o tema, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) As cocheiras e estábulos deverão possuir muros divisórios, com três metros de altura mínima separando-os dos terrenos limítrofes.
B) A instalação dos necrotérios e capelas mortuárias será feita em prédio isolado, distante, no mínimo, vinte metros das habitações vizinhas.
C) As residências urbanas ou suburbanas deverão ser caiadas e pintadas de três em três anos, no mínimo, salvo exigências especiais das autoridades sanitárias.
D) Nas igrejas, conventos e capelas, os sinos não poderão tocar antes das seis e depois das vinte e uma horas, salvo os toques de rebates por ocasião de incêndios ou inundações.

Questão 34

Considera-se infração ambiental toda ação ou omissão que importe inobservância aos preceitos da Lei Complementar nº 45/2009 – Código do Meio Ambiente; marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Praticar maus-tratos aos animais.
( ) Opor-se à exigência de exames técnicos de laboratórios, à realização de auditorias técnicas ou à execução dessas ações pelas autoridades competentes.
( ) Utilizar, aplicar, comercializar, manipular ou armazenar pesticidas, raticidas, fungicidas, inseticidas, herbicidas, e outros congêneres ainda que de acordo com receituários e registros pertinentes.
( ) Dar início ou efetuar parcelamento do solo sem aprovação dos órgãos competentes.

A sequência está correta em

A) V, F, V, F.
B) V, V, F, V.
C) F, V, V, V.
D) F, F, F, F.

Questão 35

A Lei Municipal nº 4.637/2018 – Lei Orgânica do Município, preconiza que os bens imóveis de domínio municipal, conforme sua destinação, são de uso comum do povo, de uso especial ou dominical. A respeito destes bens, é correto afirmar que:

A) É garantida a concessão de uso de bem imóvel do município a empresa privada com fins lucrativos, ainda que o bem possua destinação social específica.
B) No caso de não mais servir às finalidades que motivaram o ato de disposição, o bem doado reverterá ao domínio do município, mediante indenização pelas benfeitorias nele introduzidas.
C) Na hipótese de privatização de empresa pública ou sociedade de economia mista, mediante expressa autorização legislativa, é defeso aos seus empregados a preferência para assumi-las sob a forma de cooperativas.
D) É facultado ao Poder Executivo a permissão para uso de imóvel municipal, desde que formalmente demonstrado o interesse público, a título precário, revogável a qualquer tempo, gratuitamente ou mediante remuneração ou imposição de encargos, para o fim de exploração lucrativa de serviços de utilidade pública em área de dependência predeterminada e sob condições prefixadas.

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 36

Sobre a competência tributária, assinale a afirmativa correta.

A) É delegável, admitindo-se, inclusive, a delegação das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos.
B) É imprescritível, ou seja, caso o município de Nova Friburgo não exerça sua aptidão de criar um determinado tributo, tal faculdade não se exaure, nem se encerra.
C) O município de Nova Friburgo poderá estabelecer limitações ao tráfego de mercadorias em seu território por meio do estabelecimento de tributo intermunicipal.
D) Ao município de Nova Friburgo compete cobrar impostos sobre patrimônio e renda da União, suas autarquias e fundações, como é o caso da cobrança de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, sobre imóvel da Agência da Receita Federal localizada no município.

Questão 37

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o sistema tributário atualmente existente, definindo as espécies de tributos. Analise os conceitos apresentados a seguir e relacione-os corretamente às espécies de tributos correspondentes.

I. É cobrado em razão da ocorrência de fato gerador relacionado ao contribuinte, como auferir renda. É vedada sua vinculação a qualquer atividade estatal específica, bem como do valor arrecadado a qualquer órgão, fundo ou despesas.

II. Possui justificação no poder de polícia ou na utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

III. Decorre de obras públicas que geram valorização imobiliária.

Sobre os tributos conceituados está correto o que se afirma em

A) **I.** Imposto **II.** Taxas **III.** Contribuição de melhoria.
B) **I.** Imposto **II.** Taxas **III.** Empréstimo compulsório.
C) **I.** Taxas **II.** Empréstimo compulsório **III.** Contribuição de melhoria.
D) **I.** Imposto **II.** Empréstimo compulsório **III.** Contribuição de melhoria.

Questão 38

Doutrinariamente os tributos são estruturados quanto à competência, finalidade, incidência e possibilidade de repercussão do encargo econômico. Sobre a finalidade, os tributos podem ser fiscais, extrafiscais ou parafiscais. Os tributos fiscais são aqueles cuja finalidade está na arrecadação, ou seja, na captação de receita. Os extrafiscais são fundados no poder regulatório. Os parafiscais têm por objetivo arrecadar para entidades que atuam paralelamente ao Estado. Possui natureza extrafiscal:

A) Contribuição sindical.
B) Imposto de Renda – IR.
C) Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.
D) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.

Questão 39

A competência tributária dos municípios é definida pela Constituição Federal de 1988 e pelo Código Tributário Nacional. Os municípios têm competência para instituir e arrecadar os seguintes tributos, EXCETO:

A) Contribuição de melhoria.
B) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.
C) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.
D) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.

Questão 40

Considerando a repartição das receitas tributárias, analise as afirmativas a seguir.

I. Os Municípios têm direito a 50% do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, de competência estadual, relativo aos veículos registrados em seu território.

II. De forma direta, os Estados e o Distrito Federal e os Municípios recebem o produto do Imposto de Renda – IR, incidente na fonte, sobre a remuneração de seus servidores na Administração Pública.

III. A União partilha suas receitas tributárias de forma direta com os Estados, Distrito Federal e Municípios utilizando uma segmentação dessas receitas por meio de fundos de participação, sendo eles: fundo de participação dos Estados e do Distrito Federal; fundo de participação dos Municípios; e, fundo de participação para programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Está correto o que se afirma em

A) I, II e III.
B) I e II, apenas.
C) I e III, apenas.
D) II e III, apenas.

Questão 41

Considerando os princípios gerais do sistema tributário nacional, esculpidos na Constituição Federal, assinale o correto.

A) As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.
B) A União, mediante Lei Ordinária, poderá instituir empréstimos compulsórios.
C) As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico poderão incidir sobre as receitas decorrentes de exportação.
D) Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública.

Questão 42

As limitações ao poder de tributar, previstos na Constituição Federal de 1988, foram instituídas, em sentido *lato*, como obstáculos estabelecidos para que o ente tributante não exceda o exercício de suas atribuições, impondo, dessa forma, ao contribuinte, uma carga onerosa insuportável. Das limitações previstas na Carta Magna, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) É vedado à União, aos Estados, Distrito Federal e Municípios cobrar tributo cujo fato gerador tenha ocorrido antes do início da vigência da lei que o instituiu ou aumentou.

B) É vedado à União, aos Estados, Distrito Federal e Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça; dessa forma, a atualização monetária da base de cálculo depende de lei.

C) A União não poderá instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique em distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município em detrimento de outro; todavia, admite-se a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do país.

D) É vedado à União, aos Estados, Distrito Federal e municípios instituir impostos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a *laser*.

Questão 43

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 instituiu a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e, na livre iniciativa, tendo por finalidade assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I. Soberania nacional.
II. Propriedade privada.
III. Função social da propriedade.
IV. Livre concorrência.
V. Defesa do consumidor.
VI. Defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
VII. Moralidade administrativa.
VIII. Redução das desigualdades regionais e sociais.
IX. Busca do pleno emprego.
X. Anterioridade.
XI. Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país.

De acordo com a disposição Constitucional, são princípios gerais da atividade econômica o que se afirma em

A) I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI.
B) I, II, IV, V, VII, VIII, IX, X e XI, apenas.
C) I, II, III, IV, V, VI, VIII, IX e XI, apenas.
D) I, III, IV, VI, VII, VIII, IX, X e XI, apenas.

Questão 44

Sobre a ação anulatória de débito fiscal, analise as afirmativas a seguir.

I. A ação tem por finalidade revisar ou extinguir um débito de origem fiscal, questionando os erros de procedimento ou eventuais vícios que possam ter dado origem à cobrança que culminou no lançamento do débito fiscal.
II. Possibilita solicitar na justiça a revisão ou extinção do tributo cobrado, mesmo que esteja em fase de execução, ou ainda, somente inscrito na dívida ativa.
III. Para a propositura da ação anulatória, não se faz necessário realizar o depósito judicial antecipado do valor do débito fiscal.
IV. O prazo para propor a ação anulatória de débito fiscal é de três anos; caso haja decisão administrativa anterior que tenha denegado a restituição do indébito, prescreverá em dois anos o direito de ação.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) III e IV, apenas.
C) I, II e III, apenas.
D) I, II e IV, apenas.

Questão 45

Os Serviços Sociais Autônomos – Sistema S, componentes das entidades paraestatais, possuem as seguintes características:

A) São pessoas jurídicas de direito público, criadas por Lei, integrantes da Administração Pública, sem fins lucrativos e executam serviços públicos.
B) São pessoas jurídicas de direito privado, criadas por Lei, integrantes da Administração Pública, sem fins lucrativos e executam serviços de utilidade pública.
C) São pessoas jurídicas de direito público, criadas mediante autorização legislativa, não integrantes da Administração Pública, sem fins lucrativos e executam serviços públicos.
D) São pessoas jurídicas de direito privado, criadas mediante autorização legislativa, não integrantes da Administração Pública, sem fins lucrativos e executam serviços de utilidade pública.

Questão 46

No ano de 2023, o Diretor do Setor de Obras de determinado município atentou-se que o valor da dotação orçamentária prevista na Lei Orçamentária Anual – LOA, daquele ano para a construção de uma escola municipal não seria suficiente para que se finalizasse a obra. O prefeito e seus assessores foram informados da questão; tendo sido confirmada a situação, após análise financeira, o prefeito abriu, por meio de decreto, créditos adicionais para reforçar a dotação orçamentária, tendo como fundamento haver respectiva autorização prévia na LOA 2023 e que utilizaria como recursos aqueles provenientes de excesso de arrecadação, evidenciados em planilha devida. Considerando o contexto, hipotético, apresentado, o reforço da dotação orçamentária foi efetuado por meio da abertura de crédito adicional:

A) Operacional, tendo em vista a exclusividade do valor disposto à construção da escola no ano de execução da LOA; mas, o trâmite realizado foi incorreto.
B) Especial, uma vez que não havia previsão de terminar a construção da escola no ano de execução da LOA; entretanto, o trâmite realizado foi incorreto.
C) Suplementar, sendo aberto para reforço de dotação orçamentária já existente no ano de execução da LOA, sendo todo o trâmite realizado corretamente.
D) Extraordinário, dada necessidade financeira inesperada ocorrida no respectivo ano de execução da LOA e tendo sido o trâmite realizado corretamente.

Questão 47

O prefeito de determinado município, em seu primeiro mandato, está interessado em entender e aprimorar o sistema de planejamento e execução orçamentária do município, que no momento apresenta processos longos, falta de uma coordenação adequada, alocação de recursos nem sempre alinhada com as prioridades de médio prazo, incompreensibilidade sobre como o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, e a Lei Orçamentária Anual – LOA, se relacionam e influenciam o processo de tomada de decisão. No contexto da gestão municipal, a forma mais adequada de esclarecer a relação entre o PPA, LDO e LOA é:

A) O PPA define diretrizes, objetivos e metas para um período de longo prazo, sendo feito seu alinhamento com a LDO através do detalhamento da alocação de recursos que esta faz para programas e projetos específicos que serão executados no ano fiscal seguinte de acordo com as metas e prioridades estabelecidas na LOA, com a qual se relaciona por meio da orientação para o atendimento aos objetivos e metas do PPA para o próximo exercício fiscal.
B) A LDO é responsável por estabelecer as diretrizes, objetivos e metas para um período de quatro anos, sendo feito seu alinhamento com a LOA por meio da definição anual de metas e prioridades para o próximo ano fiscal que ela faz; já o alinhamento desta com a LDO ocorre por meio da orientação em sua elaboração, que detalha a alocação de recursos para os programas e projetos específicos que serão executados no ano fiscal seguinte, de acordo com as metas e prioridades da LDO.
C) O PPA define diretrizes, objetivos e estratégicas para um período de quatro anos; seu alinhamento com a LDO é feito por meio do estabelecimento das metas e prioridades para o próximo ano fiscal; e, o alinhamento da LDO com a LOA é feito na orientação de sua elaboração, como forma de detalhar a alocação de recursos para os programas e projetos específicos que serão executados no ano fiscal seguinte, de acordo com as metas e prioridades da LDO e diretrizes, objetivos e metas do PPA.
D) A LOA define estratégias e objetivos para o próximo ano fiscal ao alocar recursos para programas e projetos específicos; seu alinhamento é feito com o PPA que define objetivos e metas para os próximos quatro exercícios fiscais de acordo com as ações já previstas; já seu alinhamento com a LDO é feito na elaboração desta, que como metas e prioridades as ações cujos recursos já foram destinados e orienta a elaboração do PPA ao definir diretrizes e objetivos para o próximo ano fiscal.

Questão 48

A obtenção de empréstimo pelo poder Executivo de determinado município perante instituição financeira se enquadra na definição de operação de crédito; mas, para realizá-lo, o município deve se enquadrar nos parâmetros estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000 – LRF e na Resolução SF nº 40/2001 que, por determinação da Constituição Federal de 1988, estabeleceu o limite da Dívida Consolidada Líquida dos entes federativos. Considerando que o município apresentou no período uma Receita Corrente Líquida de R$ 5.500,00, o limite da Dívida Consolidada Líquida municipal é de

A) R$ 6.600,00.
B) R$ 6.875,00.
C) R$ 7.425,00.
D) R$ 7.700,00.

Questão 49

A Lei nº 4.320/1964 dispõe, em seu Art. 39: "Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias. § 1º: Os créditos de que trata este artigo, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, serão inscritos, na forma da legislação própria, como Dívida Ativa, em registro próprio, após apurada a sua liquidez e certeza, e a respectiva receita será escriturada a esse título. 2º: Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza [...] e Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública [...]". Constituem-se em exemplos de Dívida Ativa Não Tributária:

A) Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; taxa para retirar o passaporte.
B) Contribuição de melhoria; multa decorrente de atraso no pagamento de imposto.
C) Multa de trânsito por estacionamento em local proibido; aluguel de imóvel municipal.
D) Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana – IPTU; taxa para retirada de alvará de funcionamento.

Questão 50

O município X vem enfrentando desafios na gestão administrativa e busca melhorar a eficiência e a transparência de seus serviços públicos. O prefeito, em parceria com sua equipe de gestão, está empenhado em implementar mudanças significativas para atender melhor às necessidades dos cidadãos. Considerando o cenário hipotético, uma ação que pode ser tomada para melhorar a gestão administrativa do município é:

A) Reduzir os serviços públicos oferecidos para economizar recursos financeiros e equilibrar o orçamento do município.
B) Limitar o acesso dos cidadãos à informações sobre as atividades da prefeitura e questões enfrentadas, para evitar críticas públicas.
C) Manter os processos administrativos como estão, pois a mudança pode ser custosa e perturbar a estabilidade do governo municipal.
D) Implementar um sistema de gestão de desempenho para avaliar regularmente o desempenho dos funcionários municipais e identificar áreas de melhoria.

ATENÇÃO

NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

INSTITUTO
CONSULPLAN

INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.

2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido o candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares e etc., o que não acarreta nenhuma responsabilidade ao Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.

3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo, durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.

4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para todo os cargos de Nível Superior; Médio; e, Médio Técnico e 30 (trinta) questões de múltipla escolha para os cargos de Nível Fundamental Completo e Incompleto.

5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.

6. As provas terão duração de 3 (três) horas para os cargos de nível fundamental incompleto, fundamental completo, médio e médio técnico; 4 (quatro) horas para os cargos de nível médio normal e superior. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito).

7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão Respostas (Gabarito) devidamente assinado, apenas, no local indicado, sem qualquer outro termo que identifique o candidato.

8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.

9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.

10. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato somente poderá retirar-se do local de provas a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar consigo o caderno de provas.

11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação e pelo Coordenador da Unidade de Provas.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.